



Demonstrações Financeiras Intermediárias

31 de Março de 2017



Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	10.852.074	10.547.844
1.01	Ativo Circulante	2.200.930	2.152.320
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	323.164	268.057
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.905	2.593
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.905	2.593
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.905	2.593
1.01.03	Contas a Receber	1.335.277	1.280.687
1.01.03.01	Clientes	1.335.277	1.280.687
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	1.335.277	1.280.687
1.01.04	Estoques	10.650	10.037
1.01.06	Tributos a Recuperar	182.487	182.211
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	182.487	182.211
1.01.06.01.01	Imposto de renda - IR	43.115	47.721
1.01.06.01.02	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	21.340	16.895
1.01.06.01.03	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	56.401	55.646
1.01.06.01.04	Programa de integração social - PIS	10.405	10.780
1.01.06.01.05	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	49.490	49.525
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.736	1.644
1.01.07	Despesas Antecipadas	26.351	15.085
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	319.096	393.650
1.01.08.03	Outros	319.096	393.650
1.01.08.03.01	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	16.994	16.705
1.01.08.03.02	Serviços em curso	18.761	16.478
1.01.08.03.03	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	0	62.104
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	227.111	248.803
1.01.08.03.05	Outros ativos circulantes	56.230	49.560
1.02	Ativo Não Circulante	8.651.144	8.395.524
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.479.467	4.355.728
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	31.990	16.275
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	31.990	16.275
1.02.01.03	Contas a Receber	26.477	40.840
1.02.01.03.01	Clientes	26.477	40.840
1.02.01.06	Tributos Diferidos	265.348	270.188
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	265.348	270.188
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.155.652	4.028.425
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	82.696	73.980
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	416.355	410.042
1.02.01.09.06	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	12.904	15.562
1.02.01.09.07	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	53.456	25.517
1.02.01.09.08	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	3.310.682	3.154.282
1.02.01.09.09	Instrumentos financeiros derivativos	278.053	347.535
1.02.01.09.10	Outros ativos não circulantes	1.506	1.507
1.02.02	Investimentos	5.271	5.311
1.02.04	Intangível	4.166.406	4.034.485

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	10.852.074	10.547.844
2.01	Passivo Circulante	3.379.218	3.021.804
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.083	65.187
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	72.083	65.187
2.01.01.02.01	Salários e Encargos a Pagar	72.083	65.187
2.01.02	Fornecedores	739.408	818.953
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	739.408	818.953
2.01.03	Obrigações Fiscais	191.110	160.930
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.517	102.019
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.304	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	14.734	14.848
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	67.973	68.639
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.286	4.528
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.412	1.470
2.01.03.01.06	Impostos e contribuições retidos na fonte	9.794	9.700
2.01.03.01.07	Outros	1.014	2.834
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	79.169	53.012
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	79.169	53.012
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.424	5.899
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	341	1.606
2.01.03.03.02	Impostos e contribuições retidos na fonte	3.083	4.293
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.759.533	1.367.821
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.725.900	1.356.575
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	441.589	402.403
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.284.311	954.172
2.01.04.02	Debêntures	33.633	11.246
2.01.05	Outras Obrigações	579.462	525.042
2.01.05.02	Outros	579.462	525.042
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	114.576	118.455
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	107.687	93.382
2.01.05.02.05	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	26.894	35.859
2.01.05.02.06	Valores a compensar da parcela A e outros itens	51.713	0
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	34.171	23.320
2.01.05.02.08	Outros Passivos Circulantes	244.421	254.026
2.01.06	Provisões	37.622	83.871
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	37.622	83.871
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	341	85
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.616	22.117
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	29.665	61.669
2.02	Passivo Não Circulante	4.406.680	4.517.904
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.461.983	3.626.245
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.805.799	2.984.763
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.291.443	1.344.023
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.514.356	1.640.740
2.02.01.02	Debêntures	656.184	641.482

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.02	Outras Obrigações	679.221	673.951
2.02.02.02	Outros	679.221	673.951
2.02.02.02.03	Fornecedores	42.000	40.954
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	30.073	20.115
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	6.096	5.892
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	553.978	536.487
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	11.864	27.492
2.02.02.02.08	Outros Passivos Não Circulantes	35.210	43.011
2.02.04	Provisões	265.476	217.708
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	265.476	217.708
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.270	20.261
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	161.986	143.464
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	77.921	48.847
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	5.299	5.136
2.03	Patrimônio Líquido	3.066.176	3.008.136
2.03.01	Capital Social Realizado	1.050.301	709.872
2.03.02	Reservas de Capital	357.621	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	0	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.772.584	1.772.584
2.03.04.01	Reserva Legal	108.433	108.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	802.241	802.241
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	861.910	861.910
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.040	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.370	-172.370

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.821.383	1.616.838
3.01.01	Receita Bruta	2.693.274	2.496.910
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-871.891	-880.072
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.487.772	-1.280.050
3.02.01	Custos com energia elétrica	-861.515	-813.096
3.02.02	Custos de operação	-281.841	-254.145
3.02.03	Custos de construção	-344.416	-212.809
3.03	Resultado Bruto	333.611	336.788
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-152.444	-141.113
3.04.01	Despesas com Vendas	-69.261	-69.760
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.183	-71.353
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	181.167	195.675
3.06	Resultado Financeiro	-108.753	-102.099
3.06.01	Receitas Financeiras	298.901	653.441
3.06.02	Despesas Financeiras	-407.654	-755.540
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.414	93.576
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.374	-26.235
3.08.01	Corrente	-9.534	-11.305
3.08.02	Diferido	-4.840	-14.930
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	58.040	67.341
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	58.040	67.341
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29901	0,34692
3.99.01.02	PNA	0,29901	0,34692
3.99.01.03	PNB	0,32891	0,38162

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	58.040	67.341
4.03	Resultado Abrangente do Período	58.040	67.341

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	154.006	-99.583
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	352.626	357.520
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	72.414	93.576
6.01.01.02	Depreciação e amortização	93.470	83.240
6.01.01.03	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	28.806	93.946
6.01.01.04	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	112.324	109.188
6.01.01.05	Valor Justo do Ativo Financeiro de Concessão	-17.542	-70.500
6.01.01.06	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	4.569	3.795
6.01.01.07	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	20.240	8.959
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.713	25.048
6.01.01.09	Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	15.632	10.268
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-198.620	-457.103
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-62.940	-19.361
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-69	-9.893
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	-9.153	26.068
6.01.02.04	Estoques	-613	-3.032
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.455	-6.968
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-11.266	1.788
6.01.02.07	Benefício pós emprego e outros benefícios	-4.737	-2.683
6.01.02.08	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	57.072	73.186
6.01.02.09	Outros ativos	-7.902	-6.478
6.01.02.10	Fornecedores	-78.499	-410.693
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	6.896	-3.508
6.01.02.12	Encargos de dívidas e derivativos pagos	-87.347	-82.571
6.01.02.13	Taxas regulamentares	22.800	-14.542
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-5.356	-5.815
6.01.02.15	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	26.436	27.158
6.01.02.16	Indenizações/Contingências pagas	-25.082	-10.729
6.01.02.17	Outros passivos	-17.405	-9.030
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-387.912	-224.745
6.02.01	Aquisição de intangível	-371.000	-226.809
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-28.779	-113
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	11.867	2.177
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	289.013	-77.125
6.03.01	Captação de Empréstimos e financiamentos	396.339	0
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-125.555	-90.695
6.03.03	Pagamentos de custos de captação	-741	0
6.03.04	Obrigações vinculadas	22.849	13.583
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-3.879	-13
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.107	-401.453
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	268.057	959.661
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	323.164	558.208

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	709.872	698.050	1.772.584	0	-172.370	3.008.136
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	709.872	698.050	1.772.584	0	-172.370	3.008.136
5.04	Transações de Capital com os Sócios	340.429	-340.429	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	340.429	-340.429	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.040	0	58.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.040	0	58.040
5.07	Saldos Finais	1.050.301	357.621	1.772.584	58.040	-172.370	3.066.176

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.869.463	0	-40.284	3.069.392
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.869.463	0	-40.284	3.069.392
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.341	0	67.341
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.341	0	67.341
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.869.463	67.341	-40.284	3.136.733

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	2.670.561	2.471.862
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.693.274	2.496.910
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.713	-25.048
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.509.227	-1.316.593
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-949.967	-913.199
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-559.260	-403.394
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.161.334	1.155.269
7.04	Retenções	-93.470	-83.240
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.470	-83.240
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.067.864	1.072.029
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	300.440	655.913
7.06.02	Receitas Financeiras	300.440	655.913
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.368.304	1.727.942
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.368.304	1.727.942
7.08.01	Pessoal	89.948	80.045
7.08.01.01	Remuneração Direta	47.357	44.524
7.08.01.04	Outros	42.591	35.521
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	10.035	9.376
7.08.01.04.02	Benefício pós emprego	-7.853	-4.749
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	6.066	6.565
7.08.01.04.04	Previdência privada e outros benefícios	7.285	5.824
7.08.01.04.05	Despesas com desligamento	2.310	2.886
7.08.01.04.06	Férias e 13º salário	12.564	8.274
7.08.01.04.07	Plano de saúde	17.550	14.209
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	1.614	2.539
7.08.01.04.09	Participação no resultado	5.303	5.266
7.08.01.04.10	Administradores	2.524	2.343
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	530	395
7.08.01.04.12	(-) Transeferência para Ordens	-15.337	-17.407
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	810.732	823.049
7.08.02.01	Federais	333.598	339.437
7.08.02.02	Estaduais	477.134	483.612
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	409.584	757.507
7.08.03.01	Juros	407.654	755.540
7.08.03.02	Aluguéis	1.930	1.967
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	58.040	67.341
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.040	67.341

Comentário do Desempenho

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Comentário de Desempenho
Em 30 de Março de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Disclaimer

Esse documento foi preparado pela Coelba S.A. ("COELBA"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da COELBA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da COELBA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da COELBA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Informações Contábeis Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da COELBA.

Resultado do Período

Indicadores Econômicos - R\$ mil	1T17	1T16	Variação %
Receita Operacional Bruta	2.693.274	2.496.910	7,86
Receita Operacional Líquida	1.821.383	1.616.838	12,65
EBITDA	272.203	276.944	(1,71)
Resultado do Serviço	181.167	195.675	(7,41)
Resultado Financeiro	(108.753)	(102.099)	6,52
Lucro Líquido	58.040	67.341	(13,81)
Margem EBITDA (%)	14,94%	17,13%	(2,18)
Margem Operacional (%)	9,95%	12,10%	(2,16)
Margem Líquida (%)	3,19%	4,16%	(0,98)

Indicadores Financeiros - R\$ mil	mar/17	dez/16	Variação %
Ativo Total	10.852.074	10.547.844	2,88
Dívida Bruta	4.762.387	4.448.540	7,06
Patrimônio Líquido	3.066.176	3.008.136	1,93
Dívida Total Líquida	4.403.328	4.161.615	5,81
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	3,93	3,70	6,26
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,59	0,58	1,56
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,28	0,29	(0,93)

Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

*EBITDA dos últimos 12 meses

Comentário do Desempenho

1 INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até março de 2017, foi investido, líquido de subvenções, o montante de R\$ 392.677 mil

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados para a melhoria dos indicadores de qualidade, o combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (com destaque para o Programa Luz para Todos).

2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Resultado do Trimestre

Descrição	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Receita Bruta	2.693.274	2.496.910	196.364	7,86
Deduções da Receita Bruta	(871.891)	(880.072)	8.181	(0,93)
Receita Líquida	1.821.383	1.616.838	204.545	12,65
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.487.772)	(1.280.050)	(207.722)	16,23
Resultado Bruto	333.611	336.788	(3.177)	(0,94)
Outras Despesas Operacionais	(152.444)	(141.113)	(11.331)	8,03
Resultado do Serviço (I)	181.167	195.675	(14.508)	(7,41)
Amortização / Depreciação	91.036	81.269	9.767	12,02
EBITDA	272.203	276.944	(4.741)	(1,71)
Resultado Financeiro (II)	(108.753)	(102.099)	(6.654)	6,52
Resultado Operacional (I) + (II)	72.414	93.576	(21.162)	(22,61)
IR e CSLL	(14.374)	(26.235)	11.861	(45,21)
Lucro do Período	58.040	67.341	(9.301)	(13,81)

2.1.1 Receita Operacional

2.1.1.1 Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta - R\$ Mil	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Residencial	1.038.398	1.046.191	(7.793)	(0,74)
Industrial	195.920	266.668	(70.748)	(26,53)
Comercial	511.314	544.923	(33.609)	(6,17)
Rural	132.544	114.887	17.657	15,37
Poder Público	90.988	90.385	603	0,67
Iluminação Pública	64.541	64.914	(373)	(0,57)
Serviço Público	53.635	64.203	(10.568)	(16,46)
Receita de Uso de Rede	74.177	47.278	26.899	56,90
Fornecimento Faturado	2.161.517	2.239.449	(77.932)	(3,48)
Fornecimento Não Faturado	39.695	(10.694)	50.389	(471,19)
Fornecimento de energia	2.201.212	2.228.755	(27.543)	(1,24)
Subvenção à tarifa social baixa renda	158.252	123.561	34.691	28,08
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	37.385	17.285	20.100	116,29
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	(86.254)	(173.780)	87.526	(50,37)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	344.416	212.809	131.607	61,84
Outras receitas	38.263	88.280	(50.017)	(56,66)
Receita Operacional Bruta	2.693.274	2.496.910	196.364	7,86

Comentário do Desempenho

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2017 uma Receita Bruta de R\$ 2.693.274 mil, representando um aumento de 7,9% em relação ao valor de R\$ 2.496.910 mil alcançado no primeiro trimestre de 2016.

Os fatores determinantes pelo aumento da Receita Bruta foram:

- O aumento na receita de uso de rede do consumidor livre em 56,9%, no valor de R\$ 26.899 mil, em virtude, principalmente, da migração de clientes industriais para o mercado livre que contribuiu com um aumento do consumo em 298 GWh, representando um crescimento de 59,8%, assim o impacto do efeito volume foi positivo em R\$ 28.250 mil. Em contrapartida foi registrada uma redução no preço médio por consumo do mercado livre de 1,8%, assim o efeito preço foi negativo em R\$ 1.351 mil.
- Aumento de 116,3%, no valor de R\$ 20.100 mil, na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, em função do aumento do volume das sobras de energia registradas no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016. Esse aumento foi compensado parcialmente pela redução 19% do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, que é utilizado nas transações da CCEE, quando comparamos os dois períodos em análise.
- A variação positiva de R\$ 87.526 mil entre os trimestres é resultante da redução da constituição normal passiva no valor de R\$ 71.521 mil, e da redução da amortização normal passiva no valor de R\$ 16.004 mil, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2016 e 2015.
 - ✓ No 1T17, a conta contábil dos “Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros” apresentou o valor passivo de R\$ 86.254 mil, sendo composto da constituição normal dos passivos de R\$ 29.182 mil decorrentes os custos realizados abaixo da cobertura tarifária e R\$ 57.072 mil referente à reversão passiva da Parcela A.
- Aumento de 61,84%, representando R\$ 131.607 mil, na Receita de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Custos no mesmo valor.

O aumento da Receita foi compensado parcialmente pela:

- Redução da Receita de Fornecimento Faturado em R\$ 104.831 mil, excluindo-se o efeito do uso de rede de R\$ 26.899, decorrente, principalmente, de dois efeitos: (i) Efeito do Preço da Energia Distribuída e (ii) Efeito do Volume da Energia Distribuída
 - (i) Efeito Preço: O aumento do preço impactou positivamente a Receita de Fornecimento em R\$ 22.611 mil devido ao Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de abril de 2016 com incremento médio percebido pelo consumidor na tarifa de 10,72% e ao comportamento do consumo faturado quando analisamos os dois períodos. Por outro lado, mudança de patamar da Bandeira Tarifária compensou parcialmente os efeitos positivos. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 a bandeira vermelha estava em vigor e em março a amarela, assim uma receita complementar era adicionada a cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Em contrapartida, em 2017 a bandeira verde entrou em vigor durante os meses de janeiro e fevereiro – sem receita adicional para as empresas, ou custo adicional para os consumidores – em março a bandeira acionada foi a amarela assim como no mesmo período do ano anterior.
 - (ii) Efeito do Volume: A redução do volume de energia distribuída de 5,81% no mercado cativo, com destaque para a queda da classe industrial, impactou negativamente a Receita de Fornecimento em R\$ 127.442 mil. Esse cenário é resultado da migração dos clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Comentário do Desempenho

2.1.1.2 Deduções da Receita Bruta

Deduções da Receita Bruta	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)	(693.018)	(735.347)	42.329	(5,76)
ENCARGOS SETORIAIS	(178.873)	(144.725)	(34.148)	23,60
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(146.078)	(146.880)	802	(0,55)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(7.298)	(6.797)	(501)	7,37
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.919)	(2.704)	(215)	7,95
Encargos do Consumidor - CCRBT	(14.164)	19.206	(33.370)	(173,75)
Outros (FNDCT / EPE / PROINFA)	(8.414)	(7.550)	(864)	11,44
(-) Dedução da receita bruta	(871.891)	(880.072)	8.181	(0,93)
Receita Operacional Líquida	1.821.383	1.616.838	204.545	12,65

As Deduções da Receita bruta registraram uma redução de R\$ 8.181 mil em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao efeito líquido dos fatores abaixo.

- Redução de 5,76% nos impostos sobre a receita (ICMS, PIS/COFINS e ISS), no valor de R\$ 42.329 mil, devido ao aumento do PIS e COFIN efetivos a recuperar, portanto, afetando a dedução de maneira positiva;
- Acréscimo de 23,60%, no valor de R\$ 34.148 mil nos encargos setoriais, devido, principalmente a variação do encargo da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT referente ao maior montante repassado à conta centralizadora no primeiro trimestre de 2017 em relação ao primeiro trimestre de 2016.

A Receita Operacional Líquida registrou um aumento de R\$ 204.545 mil, sendo R\$ 1.821.393 mil do primeiro trimestre de 2017 em relação ao valor de R\$ 1.616.838 mil do mesmo período de 2016.

2.1.2 Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(791.834)	(695.524)	(96.310)	13,85
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(69.681)	(117.572)	47.891	(40,73)
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(2.229)	(2.035)	(194)	9,53
Subtotal	(863.744)	(815.131)	(48.613)	5,96
Custos e Despesas Gerenciáveis	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	(102.159)	(90.235)	(11.924)	13,21
Material	(8.069)	(6.403)	(1.666)	26,02
Serviços de terceiros	(176.234)	(173.478)	(2.756)	1,59
Indenizações	(23.469)	(7.970)	(15.499)	194,47
Depreciação e amortização	(91.036)	(81.269)	(9.767)	12,02
Provisões Líquidas - PCLD	(22.713)	(25.048)	2.335	(9,32)
Provisões Líquidas - Contingências	4.931	1.994	2.937	147,29
Custo de Construção	(344.416)	(212.809)	(131.607)	61,84
Outros	(13.307)	(10.814)	(2.493)	23,05
Subtotal	(776.472)	(606.032)	(170.440)	28,12
Total	(1.640.216)	(1.421.163)	(219.053)	15,41

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2017 alcançaram R\$ 1.640.216 mil um aumento de 15,41% em relação ao primeiro trimestre de 2016 que foi de R\$ 1.421.163 mil. Essa variação é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 96.310 mil, decorrente principalmente dos fatores descritos a seguir.

Comentário do Desempenho

- ✓ Aumento de R\$ 69.025 mil nos custos de energia de leilão do ACR devido ao acréscimo de 486,7 GWh em 1T17 em relação ao mesmo período de 2016, devido aos novos contratos e motorização dos leilões estruturantes.
- ✓ Aumento em R\$ 9.074 mil com energia adquirida no contrato bilateral em função do aumento do custo da tarifa de Termopernambuco.
- ✓ Aumento de R\$ 46.910 mil na Energia de Curto Prazo (PLD), que apesar do baixo custo no 1T17 em relação ao 1T16, é explicada pela redução do custo no MCP devido às sobras de energia e exposição financeira provocada pela diferença entre os preços de PLD nos submercados gerando receita de R\$ 29.541 mil em 2016.

Esse aumento foi compensado pela:

- ✓ Variação positiva de R\$ 13.120 mil, pois não ocorreu custo com o Encargo de Energia de Reserva – EER em 1T17, porque as receitas das usinas no mercado de curto prazo foram suficientes para cobrir os seus custos fixos.
 - ✓ Variação positiva de R\$ 23.121 mil referente aos custos variáveis de curto prazo, que apesar do aumento do PLD, a Coelba possui um elevado montante de cotas em seu portfólio e o aumento do GSF de 97% em 2016 para 108% em 2017 provocou uma redução desse custo.
- Encargos de uso do sistema de transmissão, variação favorável de R\$ 47.891 mil, decorrente da melhora do cenário hidrológico, evidenciado pelo patamar verde da Bandeira Tarifária em relação ao ano mesmo período do ano passado onde ela era vermelha, e consequente redução do despacho das usinas termoeletricas, favorecendo o equilíbrio entre custo e receita. Essa melhora de cenário gerou o impacto positivo nos Encargos de Serviço do Sistema – ESS.
 - Aumento de 13,21%, representando R\$ 11.924 mil, no Custo com Pessoal e Administradores devido, principalmente, a reajustes nas remunerações em função do novo acordo coletivo.
 - Aumento de R\$ 15.499 mil nas Indenizações devido ao maior volume de pagamentos de processos no Juizado Especial Cível
 - Aumento de 61,84%, representando R\$ 131.607 mil, no Custo de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Receita no mesmo valor.

2.1.3 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.423	22.620	(18.197)	(80,45)
Juros, comissões e acréscimo moratório	9.691	10.576	(885)	(8,37)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	2.490	187.304	(184.814)	(98,67)
Instrumentos financeiros derivativos	(115.100)	(295.108)	180.008	(61,00)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(1.502)	(5.650)	4.148	(73,42)
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	376	6.647	(6.271)	(94,34)
Obrigações pós emprego	(16.381)	(11.313)	(5.068)	44,80
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	7.250	(17.175)	24.425	(142,21)
Resultado Financeiro Líquido	(108.753)	(102.099)	(6.654)	6,52

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 108.753 mil no primeiro trimestre de 2017, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 102.099 mil no mesmo período de 2016, representando uma variação desfavorável de R\$ 6.654 mil. As variações decorrem dos principais fatores descritos a seguir:

Comentário do Desempenho

- Variação negativa da renda de aplicações financeiras em R\$ 18.197 mil, decorrente principalmente da redução no saldo médio das disponibilidades de caixa do 1º tri de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior e redução do rendimento nominal médio da aplicação do período que foi de 12,21% contra 13,51% do 1º Trimestre de 2016.
- Variação desfavorável de R\$ 4.806 mil, decorrente dos seguintes efeitos: (i) Aumento no volume da dívida entre o 1T16 e o 1T17, impactando negativamente em R\$ 11.229 mil; (ii) Aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento – JOA), que representam um efeito positivo de R\$ 3.397 mil; (iii) As variações dos indexadores e moedas dos contratos, atreladas ao aumento do saldo devedor, representam um efeito positivo de R\$ 3.026 mil.

2.1.4 Conciliação entre o EBITDA e Lucro Líquido

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA	1T17	1T16	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	58.040	67.341	(9.301)	(13,81)
Despesas financeiras	407.654	755.540	(347.886)	(46,04)
Receitas financeiras	(298.901)	(653.441)	354.540	(54,26)
Imposto de renda	10.535	22.230	(11.695)	(52,61)
Amortização	91.036	81.269	9.767	12,02
Amortização de ágio	3.839	4.005	(166)	(4,14)
EBITDA	272.203	276.944	(4.741)	(1,71)

3 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, derivativos e encargos, passou de R\$ 4.448.540 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4.762.387 mil em 31 de março de 2017, apresentando aumento de R\$ 313.847 mil equivalente a 7,06%.

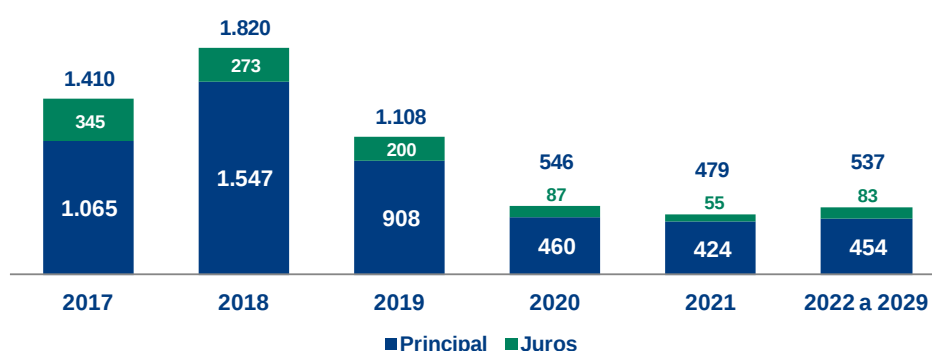
A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou março de 2017 com R\$ 4.403.328 mil, 5,81% maior do que a verificada em dezembro de 2016 que encerrou com R\$ 4.161.615 mil.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,70 em 31 de dezembro de 2016 para 3,93 em 31 de março de 2017.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de março de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

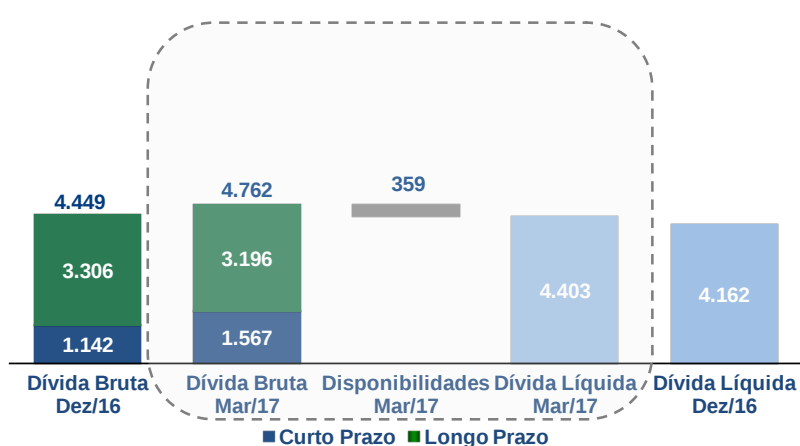
Comentário do Desempenho

Cronograma de Esgotamento da Dívida (R\$ Milhões)



Nota: O gráfico considera as curvas futuras de esgotamento da dívida.

Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



4 RATING

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida. A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa. Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

Em 27 de março de 2017, a S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo estabelecidos na revisão anterior atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias.

É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior rating que uma empresa brasileira e regulada poderia ter.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

Comentário do Desempenho

Rating Corporativo - Escala Nacional	2014	2015		2016	2017
		Até Setembro	A partir de Setembro		
NEOENERGIA	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
ITAPEBI (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA	A+	A+
TERMOPE (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA	A+	A+
NC Energia (Rating de Emissão)			AA	A+	A+

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**Balanço patrimonial**

31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	323.164	268.057
Contas a receber de clientes e outros	5	1.335.277	1.280.687
Títulos e valores mobiliários		3.905	2.593
Instrumentos financeiros derivativos	11	227.111	248.803
Impostos e contribuições a recuperar	6	182.487	182.211
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	-	62.104
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	23	16.994	16.705
Serviços em curso		18.761	16.478
Outros ativos circulantes		93.231	74.682
Total do circulante		2.200.930	2.152.320
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	5	26.477	40.840
Títulos e valores mobiliários		31.990	16.275
Instrumentos financeiros derivativos	11	278.053	347.535
Impostos e contribuições a recuperar	6	82.696	73.980
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	53.456	25.517
Impostos e contribuições diferidos	8	265.348	270.188
Depósitos judiciais	15	416.355	410.042
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	23	12.904	15.562
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	9.1	3.310.682	3.154.282
Outros ativos não circulantes		6.777	6.818
Intangível	9.2	4.166.406	4.034.485
Total do não circulante		8.651.144	8.395.524
Ativo total		10.852.074	10.547.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Balanço patrimonial

31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	739.408	818.953
Empréstimos e financiamentos	11	1.725.900	1.356.575
Debêntures	11	33.633	11.246
Instrumentos financeiros derivativos	11	34.171	23.320
Salários e encargos a pagar	12	72.083	65.187
Taxas regulamentares	13	107.687	93.382
Impostos e contribuições a recolher	14	191.110	160.930
Dividendos e juros sobre capital próprio	17	114.576	118.455
Provisões	15	37.622	83.871
Benefícios pós-emprego e outros benefícios		26.894	35.859
Valores a compensar da parcela A e outros itens	7	51.713	-
Outros passivos circulantes	16	244.421	254.026
Total do circulante		3.379.218	3.021.804
Não circulante			
Fornecedores	10	42.000	40.954
Empréstimos e financiamentos	11	2.805.799	2.984.763
Debêntures	11	656.184	641.482
Instrumentos financeiros derivativos	11	11.864	27.492
Taxas regulamentares	13	30.073	20.115
Impostos e contribuições a recolher	14	6.096	5.892
Provisões	15	265.476	217.708
Benefícios pós-emprego e outros benefícios		553.978	536.487
Outros passivos não circulantes	16	35.210	43.011
Total do não circulante		4.406.680	4.517.904
Patrimônio líquido	17		
Capital social		1.050.301	709.872
Reservas de capital		357.621	698.050
Reservas de lucros		1.772.584	1.772.584
Outros resultados abrangentes		(172.370)	(172.370)
Lucros acumulados		58.040	-
Total patrimônio líquido		3.066.176	3.008.136
Passivo e patrimônio líquido total		10.852.074	10.547.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado

Período de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/03/2017	31/03/2016
			(Reclassificado)
Receita líquida	18	1.821.383	1.616.838
Custo do serviço		(1.487.772)	(1.280.050)
Custos com energia elétrica	19.1	(861.515)	(813.096)
Custos de operação	19.2	(281.841)	(254.145)
Custos de construção		(344.416)	(212.809)
Lucro bruto		333.611	336.788
Despesas com vendas	19.2	(69.261)	(69.760)
Despesas gerais e administrativas	19.2	(83.183)	(71.353)
Lucro operacional		181.167	195.675
Resultado financeiro		(108.753)	(102.099)
Receitas financeiras	20	298.901	653.441
Despesas financeiras	20	(407.654)	(755.540)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		72.414	93.576
Imposto de renda e contribuição social		(14.374)	(26.235)
Corrente	8	(19.541)	(14.581)
Diferido	8	(1.001)	(10.925)
Imposto de Renda – incentivo fiscal da SUDENE	8	10.007	3.276
Amortização fiscal do ágio	8	(3.839)	(4.005)
Lucro líquido do período		58.040	67.341
Lucro básico e diluído por ação do capital:			
Ordinária		0,2990	0,3469
Preferencial A		0,2990	0,3469
Preferencial B		0,3289	0,3816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Demonstração do resultado abrangente

Período de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro líquido do período	58.040	67.341
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>58.040</u>	<u>67.341</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Reserva de capital				Reserva de Lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração e bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	542.163	18.569	339.052	340.429	855.658	108.433	875.222	27.793	2.357	(40.284)	-	3.069.392
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.341	67.341
Saldos em 31 de março de 2016	542.163	18.569	339.052	340.429	855.658	108.433	875.222	27.793	2.357	(40.284)	67.341	3.136.733
Saldos em 31 de dezembro de 2016	709.872	18.569	339.052	340.429	861.910	108.433	802.241	-	-	(172.370)	-	3.008.136
Aumento de capital	340.429	-	-	(340.429)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.040	58.040
Saldos em 31 de março de 2017	1.050.301	18.569	339.052	-	861.910	108.433	802.241	-	-	(172.370)	58.040	3.066.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/03/2017	31/03/2016 (Reclassificado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro do período antes dos impostos	72.414	93.576
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	93.470	83.240
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	28.806	93.946
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais, derivativos e outras receitas e despesas financeiras	112.324	109.188
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(17.542)	(70.500)
Valor residual do ativo intangível baixado	4.569	3.795
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	20.240	8.959
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.713	25.048
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	15.632	10.268
	352.626	357.520
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(62.940)	(19.361)
IR e CSLL a Recuperar	(69)	(9.893)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(9.153)	26.068
Estoques	(613)	(3.032)
Depósitos judiciais	(1.455)	(6.968)
Despesas pagas antecipadamente	(11.266)	1.788
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	3.118	2.069
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	94.355	(149.659)
Outros ativos	(7.902)	(6.478)
	4.075	(165.466)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(78.499)	(410.693)
Salários e encargos a pagar	6.896	(3.508)
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(87.347)	(82.571)
Taxas regulamentares	22.800	(14.542)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(5.356)	(5.815)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	26.436	27.158
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(37.283)	222.845
Indenizações e contingências pagas	(25.082)	(10.729)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(7.855)	(4.752)
Outros passivos	(17.405)	(9.030)
	(202.695)	(291.637)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	154.006	(99.583)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(371.000)	(226.809)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(28.779)	(113)
Resgate de títulos e valores mobiliários	11.867	2.177
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(387.912)	(224.745)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	396.339	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(125.555)	(90.695)
Pagamentos de custos de captação	(741)	-
Obrigações vinculadas	22.849	13.583
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(3.879)	(13)
GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	289.013	(77.125)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.107	(401.453)
Caixa e equivalentes no início do período	268.057	959.661
Caixa e equivalentes no final do período	323.164	558.208
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.107	(401.453)

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas		(Reclassificado)
Vendas brutas de energia, serviços e outros	2.693.274	2.496.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.713)	(25.048)
	2.670.561	2.471.862
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (874.272)	(790.526)
Encargos de uso da rede básica	(*) (75.695)	(122.673)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (559.260)	(403.394)
	(1.509.227)	(1.316.593)
Valor adicionado bruto	1.161.334	1.155.269
Amortização	(*) (93.470)	(83.240)
Valor adicionado líquido	1.067.864	1.072.029
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 300.440	655.913
Valor adicionado total a distribuir	1.368.304	1.727.942
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	47.357	44.524
Encargos sociais (exceto INSS)	10.035	9.376
Benefícios pós-emprego	(7.853)	(4.749)
Auxílio alimentação	6.066	6.565
Previdência privada e outros benefícios	7.285	5.824
Despesas com desligamento	2.310	2.886
Provisão para férias e 13º salário	12.564	8.274
Plano de saúde	17.550	14.209
Indenizações trabalhistas	1.614	2.539
Participação no resultado	5.303	5.266
Administradores	2.524	2.343
Encerramento de ordem em curso	530	395
(-) Transferência para ordens	(15.337)	(17.407)
Subtotal	89.948	80.045
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	12.211	10.192
ICMS	477.134	483.612
PIS/COFINS sobre faturamento	120.151	149.734
Imposto de renda e contribuição social	14.374	26.235
Obrigações intra-setoriais	181.102	146.761
Outros	5.760	6.515
Subtotal	810.732	823.049
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	407.654	755.540
Aluguéis	(*) 1.930	1.967
Subtotal	409.584	757.507
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro líquido do período	58.040	67.341
Subtotal	58.040	67.341
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	1.368.304	1.727.942

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, com sede no subdistrito Narandiba em Salvador – Bahia, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Companhia em 09 de maio de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting. .

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de preparação

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

2.3 Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às seguintes reclassificações, conforme demonstrado a seguir.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do período.

2.3.1 Demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2016.

Ref.	01/01/2016 a 31/03/2016	Reclassificações	01/01/2016 a 31/03/2016
	(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida (a)	1.635.218	(18.380)	1.616.838
Custo do serviço (a),(c)	(1.298.168)	18.118	(1.280.050)
Despesa com vendas (b)	(69.448)	(312)	(69.760)
Despesas administrativas e gerais (d)	(71.573)	220	(71.353)
Resultado financeiro (b),(c),(d)	(102.453)	354	(102.099)
Imposto de renda e contribuição social	(26.235)	-	(26.235)
Lucro líquido do exercício	67.341	-	67.341

2.3.2 Demonstração do valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2016.

Ref.	01/01/2016 a 31/03/2016	Reclassificações	01/01/2016 a 31/03/2016
	(Apresentado)		(Reclassificado)
Valor adicionado líquido (b),(c),(d)	1.072.410	(381)	1.072.029
Valor adicionado recebido em transferência	655.913	-	655.913
Valor adicionado total a distribuir	1.728.323	(381)	1.727.942
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal (d)	80.072	(27)	80.045
Impostos, taxas e contribuições	823.049	-	823.049
Remuneração de capitais de terceiros (b),(c),(d)	757.861	(354)	757.507
Remuneração de capitais próprios	67.341	-	67.341
Valor adicionado total distribuído	1.728.323	(381)	1.727.942

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor (R\$ 18.380) de outras receitas para custo do serviço.
- (b) Reclassificação da perda relativa a créditos de liquidação duvidosa sobre a receita de multa por inadimplência (R\$ 312), de despesa financeira para despesa com vendas.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

- (c) Reclassificação de multas por violação de prazo da despesa financeira para o custo do serviço, no montante de R\$ 262.
- (d) Reclassificação dos valores de seguro garantia de despesas administrativas para outras despesas financeiras, no montante de R\$ 220, sendo R\$ 27 de despesa com pessoal e R\$ 193 de outras despesas.

3. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$35/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$20/MWh e verde, sem acréscimo.

No primeiro bimestre de 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro, vermelha – patamar 1 em fevereiro, amarela em março e novembro, verde de abril a outubro e em dezembro. No primeiro trimestre de 2017, foi aplicada bandeira verde em janeiro e fevereiro, amarela em março.

No trimestre findo em 31 de março de 2017 a Companhia faturou o montante de R\$ 15.523 (R\$ 139.999 em 31 de março de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 15.300 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 47 em 31 de março de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -CCEE.

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três, dois ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADÉE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos bilaterais nos termos desta Resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação. Os efeitos dos acordos realizados até 31 de dezembro de 2016 não são considerados significativos.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. Na mesma data, a Resolução Normativa nº 727 alterou a Resolução Normativa Nº 693/2015, que estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia - MCSD proveniente de novos empreendimentos de geração, possibilitando que caso os montantes declarados pelas distribuidoras resulte em excedente de sobras será aberta aos geradores vendedores dos contratos a possibilidade de ofertar a redução dos montantes vendidos. Após a implementação desta última alteração, vem sendo possível enquadrar a sobrecontratação para o ano de 2017 em níveis adequados, ou seja, dentro do limite de 5% que assegura o repasse desta às tarifas dos consumidores.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Outra medida que também visou atenuar eventuais sobrecontratações, permitindo que as distribuidoras declarem necessidade de compra para o Leilão A-1 mais próxima à realidade, foi a publicação do Despacho nº 2.769/2016 em outubro de 2016 pela ANEEL, determinando que a CCEE promovesse algumas mudanças nos procedimentos de realização do MCSD de Energia Existente. Uma das novidades foi a criação de mais uma modalidade de MCSD - Trocas Livres, que ocorrerá em novembro de cada ano com efeitos a partir de janeiro do ano subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. No primeiro trimestre de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 96.573 (R\$ 91.289, no primeiro trimestre de 2016).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, sendo de 10,64%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 10,76%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Reajuste Extraordinário – Angra III

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2017 aprovou em processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras e, republicou as Tarifas de Energia (TE) e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), com vigência a partir de 01 de abril de 2017.

Como consequência, foi excluída da cobertura tarifária aplicada no último processo tarifário relativos ao Encargo de Energia de Reserva – EER, os valores associados à receita fixa da Usina de Angra III, ocorrendo desconto das tarifas de energia, aplicada aos clientes cativos em R\$ -66,52/MWh, sendo o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores residenciais em -15,46%.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários à vista	27.982	52.199
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de depósito bancário (CDB)	2.828	23.332
Fundos de investimento	292.354	192.526
	323.164	268.057

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 31 de março de 2017 é constituída por: (i) Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados e (ii) Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do Grupo Neoenergia), compostos por operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos.

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes e outros

	Ref.	31/03/2017	31/12/2016
Consumidores	(a)	1.386.288	1.396.704
Terceiros		1.386.214	1.396.509
Partes relacionadas		74	195
Comercialização de energia na CCEE	(b)	86.838	83.425
Disponibilização sistema de distribuição		41.803	34.384
Terceiros		41.276	33.688
Partes relacionadas		527	696
Serviços taxados e administrativos		8.369	8.338
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	142.168	131.938
Outros créditos de terceiros		56.462	49.882
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(360.174)	(383.144)
Total		1.361.754	1.321.527
Circulante		1.335.277	1.280.687
Não circulante		26.477	40.840

(a) Consumidores

	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Setor privado							
Residencial	146.733	197.729	209.888	554.350	589.301	(202.079)	(231.084)
Industrial	67.001	9.945	23.467	100.413	113.956	(17.564)	(16.644)
Comercial	130.729	43.728	63.477	237.934	251.059	(53.452)	(53.036)
Rural	35.451	19.069	34.866	89.386	91.000	(23.978)	(22.867)
	379.914	270.471	331.698	982.083	1.045.316	(297.073)	(323.631)
Setor público							
Federal	6.976	3.758	899	11.633	7.857	(871)	(895)
Estadual	11.068	5.488	2.443	18.999	17.341	(633)	(697)
Municipal	15.120	6.350	4.641	26.111	26.623	(2.344)	(1.788)
	33.164	15.596	7.983	56.743	51.821	(3.848)	(3.380)
Iluminação pública	24.174	10.832	15.053	50.059	48.876	(4.460)	(3.172)
Serviço público	30.654	3.422	16.339	50.415	54.342	(6.258)	(4.792)
Fornecimento não faturado	246.988	-	-	246.988	196.349	-	-
Total	714.894	300.321	371.073	1.386.288	1.396.704	(311.639)	(334.975)
Circulante				1.361.448	1.377.342	(311.639)	(334.975)
Não circulante				24.840	19.362	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Os valores de longo prazo, R\$ 14.829 (R\$ 14.829 em 2016), compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de março de 2017 é de R\$ 41.256 e refere-se aos meses de fevereiro e março de 2017 (R\$ 43.722 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) CDE:

Em 19 de abril de 2016, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.066/2016 aprovando o valor mensal de R\$ 27.939 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 31 de março de 2017 é de R\$ 100.913 (R\$ 74.867 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Consumidores</u>	<u>Comercialização de energia na CCEE</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	(296.714)	(14.829)	(33.771)	(345.314)
Adições	(175.321)	-	(6.914)	(182.235)
Reversões	82.640	-	7.345	89.985
Baixados a reserva	54.420	-	-	54.420
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(334.975)	(14.829)	(33.340)	(383.144)
Adições	(41.627)	-	(1.319)	(42.946)
Reversões	19.280	-	953	20.233
Baixados a reserva	45.683	-	-	45.683
Saldos em 31 de março de 2017	(311.639)	(14.829)	(33.706)	(360.174)

6. Impostos e contribuições a recuperar

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	43.115	47.721
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	21.340	16.895
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	56.401	55.646
Programa de integração social - PIS	(c)	10.405	10.780
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	49.490	49.525
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.736	1.644
		182.487	182.211
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	80.283	71.567
Recuperação fiscal - REFIS		2.413	2.413
		82.696	73.980
Total		265.183	256.191

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 129.801 (R\$ 117.492 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, no montante de R\$ 59.895 (R\$ 60.305 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

7. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

		31/03/2017					
		Circulante			Não Circulante		
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)
							Total Líquido
Parcela "A"							
Revisão Tarifária		-	(16.449)	(16.449)	-	-	(16.449)
CVA e Neutralidade							
Energia		87.921	-	87.921	45.172	-	45.172
Encargo de Serviço Sistema - ESS		2.876	(152.214)	(149.338)	-	-	(149.338)
Neutralidade dos encargos setoriais		-	(23.955)	(23.955)	-	-	(23.955)
Repasse de Sobrecontratação	(a)	90.005	(14.720)	75.285	-	(13.017)	(13.017)
Outras CVA's		9.388	(30.028)	(20.640)	21.301	-	21.301
Itens Financeiros							
Energia Eletronuclear		16	-	16	-	-	-
Reversão RTE 2015	(b)	288	(5.754)	(5.466)	-	-	(5.466)
Outros itens financeiros		5.233	(4.320)	913	-	-	-
		195.727	(247.440)	(51.713)	66.473	(13.017)	53.456
							1.743

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

31/12/2016							
	Circulante			Não Circulante			Total Líquido
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	
Parcela "A"							
Revisão Tarifária	-	(20.398)	(20.398)	-	-	-	(20.398)
CVA e Neutralidade							
Energia	165.854	-	165.854	15.094	-	15.094	180.948
Encargo de Serviço Sistema - ESS	15.093	(73.090)	(57.997)	-	(24.363)	(24.363)	(82.360)
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(20.488)	(20.488)	-	(4.777)	(4.777)	(25.265)
Repasse de Sobrecontratação (a)	71.537	(80.475)	(8.938)	23.846	-	23.846	14.908
Outras CVA's	27.377	(16.078)	11.299	15.851	(357)	15.494	26.793
Itens Financeiros							
Energia Eletro nuclear	88	-	88	-	-	-	88
Reversão RTE 2015 (b)	649	(13.788)	(13.139)	-	-	-	(13.139)
Outros itens financeiros	9.914	(4.091)	5.823	230	(7)	223	6.406
	290.512	(228.408)	62.104	55.021	(29.504)	25.517	87.621

(a) Repasse de Sobrecontratação

No período findo em 31 de março de 2017, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 3,56% (dentro do limite repasse), e reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de R\$ 13.017, de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R\$ 201,21/MWh.

Em 31 de março de 2017 a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação ativo total atualizado de R\$ 62.268 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de 2016 em fase de amortização, e o repasse da sobrecontratação de 2016 a ser reconhecida no reajuste de 2017.

(b) Reversão RTE 2015

No reajuste de 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 44.503, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2 de março a 21 de abril de 2015, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

	31/03/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	87.621	178.064
Constituição	(29.183)	116.950
Amortização	(57.071)	(229.632)
Remuneração financeira setorial	376	22.239
Saldos finais	1.743	87.621

8. Impostos e contribuições diferidos

		31/03/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	(a)	145.110	146.111
Diferido ativo		401.553	396.269
Diferido passivo		(256.443)	(250.158)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	120.238	124.077
Total		265.348	270.188

(a) Imposto de renda e Contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	14.226	3.557
Diferenças temporárias	426.451	106.672	415.203	103.860
Contribuição Social				
Base negativa	-	-	14.071	1.266
Diferenças temporárias	427.092	38.438	415.844	37.428
Total		145.110		146.111

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	31/03/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53.321	53.321	54.913	54.913
Provisão para passivo atuarial	575.516	575.516	567.196	567.196
Provisão contingências	285.619	285.619	284.100	284.100
Receita de ultrapassagem	163.169	163.169	152.299	152.299
Outros	105.930	105.930	109.355	109.200
Total Ativo	1.183.555	1.183.555	1.167.863	1.167.708
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(648.411)	(647.770)	(630.870)	(630.229)
Capitalização/ (amortização) de juros de acordo com o IFRS	(87.141)	(87.141)	(85.638)	(85.638)
Outros	(21.552)	(21.552)	(21.926)	(21.926)
Total Passivo	(757.104)	(756.463)	(738.434)	(737.793)
Total Líquido	426.451	427.092	429.429	429.915

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de novembro de 2016, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que, a mesma, opera conforme Instrução CVM 371/02.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
8.707	18.864	31.924	31.924	36.278	17.413	145.110

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2017 e 2016.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

	31/03/2017		31/03/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	72.414	72.414	93.576	93.576
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(3.841)	(3.841)	(4.005)	(4.005)
Base de cálculo	68.573	68.573	89.571	89.571
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	17.143	6.172	22.393	8.061
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	3	-	-
Contribuições e doações	1	1	-	4
Multas indedutíveis	16	6	2	1
Depreciação veículos executivos	17	6	65	23
Excesso despesas previdenciárias	-	-	14	5
Outras adições	117	42	86	34
	151	58	167	67
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(1.864)	(671)	(1.943)	(700)
Incentivo fiscal Sudene	(10.007)	-	(3.276)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(443)	-	(353)	-
Outras exclusões	(3)	(1)	(1.585)	(601)
	(12.317)	(672)	(7.157)	(1.301)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.977	5.558	15.403	6.827

	31/03/2017		31/03/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	4.229	5.304	7.370	3.935
Recolhidos e Pagos	1.988	3.368	3.947	1.868
A pagar	2.011	1.936	3.929	2.668
Compensados e deduzidos	230	-	(506)	(601)
Impostos antecipados a recuperar				
Diferido	748	254	8.033	2.892
Imposto de renda e contribuição social exercício	4.977	5.558	15.403	6.827

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

9. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

9.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de março de 2017 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos iniciais em 01 de janeiro		3.154.282	2.514.452
Baixas		(758)	(2.957)
Transferências	(a)	139.616	456.809
Atualização monetária / valor justo		<u>17.542</u>	<u>185.978</u>
Saldos finais		<u>3.310.682</u>	<u>3.154.282</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 18). A realização do WACC sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado do período.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

9.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 31 de março de 2017, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante R\$ 21.677 (R\$ 18.280 em 31 de março de 2016) tendo sido a taxa média mensal de capitalização de 1,08%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização(%)	31/03/2017				31/12/2016
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,78%	9.164.245	(4.598.345)	(1.498.984)	3.066.916	3.033.968
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.366.680	-	(267.190)	1.099.490	1.000.517
Total		10.530.925	(4.598.345)	(1.766.174)	4.166.406	4.034.485

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	8.490.089	(4.081.344)	(1.493.343)	2.915.402	1.225.567	(379.047)	846.520	3.761.922
Adições	-	-	-	-	1.265.398	(181.530)	1.083.868	1.083.868
Baixas	(77.944)	58.182	-	(19.762)	(8.190)	-	(8.190)	(27.952)
Amortizações	-	(463.267)	112.236	(351.031)	-	-	-	(351.031)
Transferências - Intangíveis	610.584	-	(121.422)	489.162	(610.584)	121.422	(489.162)	-
Transferências - Ativos financeiros	6	-	-	6	(619.822)	163.007	(456.815)	(456.809)
Transferências – Outros	-	191	-	191	52.642	(28.346)	24.296	24.487
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.022.735	(4.486.238)	(1.502.529)	3.033.968	1.305.011	(304.494)	1.000.517	4.034.485
Adições	-	-	-	-	392.677	(22.849)	369.828	369.828
Baixas	(12.600)	10.849	-	(1.751)	(2.060)	-	(2.060)	(3.811)
Amortizações	-	(122.956)	29.527	(93.429)	-	-	-	(93.429)
Transferências - Intangíveis	154.236	-	(25.982)	128.254	(154.236)	25.982	(128.254)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a) (126)	-	-	(126)	(178.597)	39.107	(139.490)	(139.616)
Transferências – Outros	(b) -	-	-	-	3.885	(4.936)	(1.051)	(1.051)
Saldos em 31 de março de 2017	9.164.245	(4.598.345)	(1.498.984)	3.066.916	1.366.680	(267.190)	1.099.490	4.166.406

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

10. Fornecedores

	31/03/2017	31/12/2016
Energia elétrica:	444.867	491.118
Terceiros	356.373	408.862
Partes relacionadas	88.494	82.256
Encargos de uso da rede	34.451	40.258
Terceiros	31.800	38.242
Partes relacionadas	2.651	2.016
Materiais e serviços	260.090	287.576
Terceiros	258.945	286.207
Partes relacionadas	1.145	1.369
Energia livre	42.000	40.955
Total	781.408	859.907
Circulante	739.408	818.953
Não circulante	42.000	40.954

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

Empréstimos e Financiamentos	31/03/2017			31/12/2016
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	423.823	-	423.823	401.994
BNB	71.476	-	71.476	83.367
BNDES	1.108.756	-	1.108.756	1.120.053
CEF	70.558	-	70.558	72.398
ELETROBRÁS	77.439	-	77.439	82.762
FINEP	21.626	-	21.626	25.708
(-) Custos de transação	(8.446)	-	(8.446)	(8.512)
(-) Depósitos em garantia	(32.200)	-	(32.200)	(31.345)
Total Moeda Nacional	1.733.032	-	1.733.032	1.746.425
<i>Moeda Nacional - Circulante</i>	<i>441.589</i>	<i>-</i>	<i>441.589</i>	<i>402.403</i>
<i>Moeda Nacional - Não Circulante</i>	<i>1.291.443</i>	<i>-</i>	<i>1.291.443</i>	<i>1.344.022</i>
Moeda estrangeira				
BANCO ABC	50.618	23	50.641	20.023
BANCO TOKIO	155.741	(51.289)	104.452	104.454
BANK OF AMERICA	659.894	(219.771)	440.123	440.328
BNP PARIBAS	251.988	(19.815)	232.173	240.845
ITAÚ	345.943	(15.832)	330.111	319.434
JP MORGAN	76.966	(18.634)	58.332	58.352
MIZUHO	118.118	10.060	128.178	132.729
TÍTULOS EXTERNOS	473.411	(61.023)	412.388	399.976
CITIBANK	400.091	(75.123)	324.968	328.403
BEI	265.897	-	265.897	-
Total Moeda Estrangeira	2.798.667	(451.404)	2.347.263	2.044.544
<i>Moeda Estrangeira - Circulante</i>	<i>1.284.311</i>	<i>(195.238)</i>	<i>1.089.073</i>	<i>727.882</i>
<i>Moeda Estrangeira - Não Circulante</i>	<i>1.514.356</i>	<i>(256.166)</i>	<i>1.258.190</i>	<i>1.316.662</i>
Total Empréstimos e Financiamentos	4.531.699	(451.404)	4.080.295	3.790.969
<i>Empréstimos e Financiamentos - Circulante</i>	<i>1.725.900</i>	<i>(195.238)</i>	<i>1.530.662</i>	<i>1.130.285</i>
<i>Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante</i>	<i>2.805.799</i>	<i>(256.166)</i>	<i>2.549.633</i>	<i>2.660.684</i>
Debêntures				
Coelba	696.329	(7.725)	688.604	664.841
8ª Emissão	267.270	-	267.270	257.738
9ª Emissão - 1ª Série	316.570	-	316.570	305.508
9ª Emissão - 2ª Série	112.489	(7.725)	104.764	101.595
(-) Custos de transação	(6.512)	-	(6.512)	(7.270)
Total Debêntures	689.817	(7.725)	682.092	657.571
<i>Debêntures - Circulante</i>	<i>33.633</i>	<i>2.298</i>	<i>35.931</i>	<i>12.054</i>
<i>Debêntures - Não Circulante</i>	<i>656.184</i>	<i>(10.023)</i>	<i>646.161</i>	<i>645.517</i>
Endividamento Total	5.221.516	(459.129)	4.762.387	4.448.540
<i>Endividamento Total - Circulante</i>	<i>1.759.533</i>	<i>(192.940)</i>	<i>1.566.593</i>	<i>1.142.339</i>
<i>Endividamento Total - Não Circulante</i>	<i>3.461.983</i>	<i>(266.189)</i>	<i>3.195.794</i>	<i>3.306.201</i>

11.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	869.532	1.438.274	32.112	1.875.877	4.215.795
Ingressos	180.320	124.334	37.500	100.000	442.154
Encargos	172.047	-	59.799	-	231.846
Variação monetária e cambial	3.424	30.124	(19.151)	(478.039)	(463.642)
Swap	-	-	(53.758)	749.011	695.253
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	(1.051)	(1.051)
Transferências	261.410	(261.410)	929.136	(929.136)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.087.817)	(2.989)	(257.756)	-	(1.348.562)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.690	-	-	15.690
(-) Custos de transação	3.486	-	-	-	3.486
Saldos em 31 de dezembro de 2016	402.402	1.344.023	727.882	1.316.662	3.790.969
Ingressos	44.692	35.750	50.000	265.897	396.339
Encargos	34.000	-	16.277	-	50.277
Variação monetária e cambial	1.396	7.391	(23.006)	(44.444)	(58.663)
Swap	-	-	43.208	71.508	114.716
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(166)	(227)	(393)
Transferências	94.125	(94.125)	351.206	(351.206)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(135.833)	(741)	(76.328)	-	(212.902)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(855)	-	-	(855)
(-) Custos de transação	807	-	-	-	807
Saldos em 31 de março de 2017	441.589	1.291.443	1.089.073	1.258.190	4.080.295

A seguir apresentamos as captações efetuadas no período:

Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado (R\$)
Banco do Brasil	05/05/2017	13,72% a.a.	40.942
BNDES	15/06/2023	TJLP + 1,59% a.a. - TJLP + 2,09% a.a. / SELIC + 2,09% a.a.	39.500
Banco ABC	24/08/2017	USD + 3,65% a.a. + 0,17% a.a.	50.000
BEI	28/03/2029	USD + 3,1282% a.a.	265.897
			396.339

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2018	1.117.637	(1.013)	1.116.624	1.528.981	(2.701)	1.526.280
2019	343.818	(1.214)	342.604	310.467	(1.240)	309.227
2020	437.289	(1.211)	436.078	403.938	(1.236)	402.702
2021	294.942	(1.207)	293.735	261.727	(651)	261.076
2022	139.906	(878)	139.028	106.826	(52)	106.774
Após 2022	255.779	(466)	255.313	87.298	(53)	87.245
Total obrigações	2.589.371	(5.989)	2.583.382	2.699.237	(5.933)	2.693.304
(-) Depósitos em garantia			(32.200)			(31.345)
Marcação a mercado			(1.549)			(1.274)
Total			2.549.633			2.660.685

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Em 31 de março de 2017 a Companhia superou o limite estabelecido para o indicador Dívida Líquida/EBITDA como menor ou igual a 3 dos contratos que possui junto à Eletrobrás. De acordo com estes contratos, caso haja descumprimento do limite, será necessária a anuência para contratação de novas dívidas. A Companhia solicitou anuência para a captação realizada no período.

Em 31 de março de 2017 a Companhia atingiu todos os demais índices requeridos contratualmente.

11.2 Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros vinculados é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	-	-	-
Ingressos	-	650.000	650.000
Encargos	33.723	-	33.723
Variação monetária e cambial	-	253	253
Swap	807	(253)	554
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	4	4
Transferências	(3.670)	3.670	-
Amortizações e pagamentos de juros	(19.712)	(8.157)	(27.869)
(-) Custos de transação	906	-	906
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.054	645.517	657.571
Encargos	22.270	-	22.270
Variação monetária e cambial	15	1.107	1.122
Swap	1.491	(1.107)	384
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(13)	(13)
Transferências	(657)	657	-
(-) Custos de transação	758	-	758
Saldos em 31 de março de 2017	35.931	646.161	682.092

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2019	550.000	(1.075)	548.925	550.000	(1.312)	548.688
2021	100.000	(2.756)	97.244	100.000	(3.175)	96.825
	650.000	(3.831)	646.169	650.000	(4.487)	645.513
Marcação a mercado			(8)			4
Total			646.161			645.517

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora Neoenergia S.A. Em 31 de março de 2017 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

12. Salários e encargos a pagar

	31/03/2017	31/12/2016
Salários	4.101	4.061
Encargos sociais	13.601	12.337
Provisões férias	26.823	25.281
Encargos sobre provisões de férias	2.699	3.948
Provisão para participação nos lucros e resultados (a)	24.713	19.410
Outros	146	150
Total	72.083	65.187

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A provisão é efetuada mensalmente com base na estimativa de realização dos objetivos estabelecidos no programa.

13. Taxas regulamentares

	31/03/2017	31/12/2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	49.355	49.705
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (b)	1.917	1.967
Empresa de Pesquisa Energética – EPE (b)	958	983
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (b)	40.849	40.079
Programa de Eficientização Energética – PEE (b)	17.556	13.027
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE (c)	743	743
Encargos Setoriais - Outros CCRBT (d)	26.382	6.993
Total	137.760	113.497
Circulante	107.687	93.382
Não circulante	30.073	20.115

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Em 31 de março de 2017, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 9.825 para o período de janeiro de 2017 e R\$ 9.825 para o período de fevereiro a dezembro de 2017, sendo deduzido o valor de R\$ 459, referente às liminares ABRACE/ANACE; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 7.338 conforme Resolução nº 2.018 de 02/2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 32.191 conforme Resolução nº 2.004 de 12/2015.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, conforme Despacho 1.033 de 27 de abril de 2016.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

14. Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Imposto de renda - IR	4.000	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.304	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	79.169	53.012
Programa de integração social - PIS	14.734	14.848
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	67.973	68.639
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.286	4.528
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.412	1.470
Imposto sobre serviços – ISS	341	1.606
Impostos e contribuições retidos na fonte	12.877	13.993
Outros	1.014	2.834
	191.110	160.930
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	6.096	5.820
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	72
	6.096	5.892
Total	197.206	166.822

15. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	165.580	110.518	20.346	5.135	301.579
Adição	4.321	21.234	93	-	25.648
Reversão	(3.393)	(2.015)	-	-	(5.408)
Pagamento	(3.039)	(22.039)	(4)	-	(25.082)
Atualização	6.134	(111)	175	163	6.361
Saldos em 31 de março de 2017	169.603	107.587	20.610	5.298	303.098
Circulante	7.616	29.665	341	-	37.622
Não circulante	161.987	77.922	20.269	5.298	265.476

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo o pedido de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 631.658 (R\$ 614.916 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, acidentes, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.101.201 (R\$ 1.086.490 em 31 de dezembro de 2016) em ações cíveis de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.225.834 (R\$ 1.233.140 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

(i) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 136.739 (R\$133.713 em 31 de dezembro de 2016); e

(ii) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 655.950 (R\$ 641.174 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Regulatórias

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 163.095 (R\$ 98.612 em 31 de dezembro de 2016) em ações regulatórias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos o processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da Resolução Normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais. Este processo está estimado em R\$38.986 (R\$ 37.876 em 31 de dezembro de 2016).

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	216.920	210.700
Cíveis	104.277	106.391
Fiscais	84.297	82.408
Outros	10.861	10.543
Total	416.355	410.042

16. Outros passivos

	Ref	31/03/2017	31/12/2016
Consumidores	(a)	43.257	63.545
Contribuição serviço de iluminação pública - COSIP	(b)	16.305	12.680
Caução em garantia	(c)	189.940	176.916
Adiantamentos recebidos	(d)	16.704	14.204
Outras		13.425	29.692
		279.631	297.037
Circulante		244.421	254.026
Não circulante		35.210	43.011

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (d) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

17. Patrimônio líquido

Capital social

Em 22 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 340.429, dentro do limite do capital social autorizado através da capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal, constituída até dezembro de 2007, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas. Conforme mencionado na nota 24, o aumento do capital social foi ratificado em 11 de abril de 2017 pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço passou de R\$ 709.872 para R\$ 1.050.301.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	103.719.991	94,9	18.257.737	93,4	59.315.266	100,0	181.292.994	96,3
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,0	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	578.907	94,9	101.904	93,4	331.065	100,0	1.011.876	96,3
Previ	18.518	3,0	5.550	5,0	-	0,0	24.068	2,3
Outros	12.652	2,1	1.705	1,6	-	0,0	14.357	1,4
Total	610.077	100,0	109.159	100,0	331.065	100,0	1.050.301	100,0

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 339.052 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de março de 2017, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 44.083 e a disponível para capitalização é de R\$ 218.814 (R\$ 214.973 em 31 de dezembro de 2016).

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2020, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no trimestre findo em 31 de março de 2017 o valor de R\$ 10.007 (R\$ 3.276 em 31 de março 2016) de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir desde 2008 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Administração da Companhia aprovou “ad referendum” à Assembleia dos Acionistas a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 94.728, decorrente da transferência de saldo de reservas de lucros a realizar, outras reservas de lucros e resultado do exercício nos montantes de R\$ 27.793, R\$ 2.357 e R\$ 64.578, respectivamente.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2016					
RCA de 15 de dezembro 2016 retificada pela RCA de 12 de janeiro 2017	Dividendos-2016	16.650	0,0857766	0,0857766	0,0943543
RCA de 15 de dezembro 2016 retificada pela RCA de 12 de janeiro 2017	JSCP-2016	99.962	0,5149830	0,5149830	0,5664813
RCA de 01 de agosto 2016	JSCP-2016	116.613	0,6007597	0,6007597	0,6608357
AGE de 25 de abril 2016	JSCP-2015	6.635	0,0341833	0,0341833	0,0376016
		239.860			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldos iniciais em 01 de janeiro	118.455	8.543
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	-	233.225
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	-	(354)
Pagos no exercício	(3.879)	(122.959)
Saldos finais em	114.576	118.455

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

18. Receita Líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	31/03/2017	31/03/2016 (Reclassificado)
Fornecimento de energia	(a) 1.200.179	1.196.772
Receita de distribuição	1.079.007	1.065.086
Remuneração financeira WACC	121.172	131.686
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b) 37.385	17.285
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c) 1.159.285	1.155.544
Receita de distribuição	1.155.352	1.152.843
Remuneração financeira WACC	3.933	2.701
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(d) (86.254)	(173.780)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	344.416	212.809
Outras receitas	(e) 38.263	88.280
Total receita bruta	2.693.274	2.496.910
(-) Deduções da receita bruta	(f) (871.891)	(880.072)
Total receita operacional líquida	1.821.383	1.616.838

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

	Ref.	MWh (*)		R\$	
		31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Consumidores:					
Residencial		1.765.613	1.813.005	1.038.398	1.046.191
Industrial		448.722	645.975	195.920	266.668
Comercial		842.574	908.138	511.314	544.923
Rural		486.817	383.990	132.544	114.887
Poder público		177.028	180.548	90.988	90.385
Iluminação pública		252.662	247.361	64.541	64.914
Serviço público		182.546	233.466	53.635	64.203
Consumo próprio		4.206	4.098	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	39.695	(10.694)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	(1.085.108)	(1.108.266)
		4.160.168	4.416.581	1.041.927	1.073.211
Subvenção à tarifa social baixa renda				158.252	123.561
Total				1.200.179	1.196.772

(*) Informações não auditadas.

- (1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	31/03/2017	31/03/2016
Receita de Uso - Consumidor livre	74.177	47.278
Receita de Uso - Consumidor Cativo*	1.085.108	1.108.266
	1.159.285	1.155.544

(*) Vide comentários nota (a), acima.

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Parcela "A"		
Revisão Tarifária	16.449	22.123
CVA e neutralidade		
Energia	(49.719)	(165.182)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(64.342)	(2.660)
Neutralidade dos encargos setoriais	2.064	(13.368)
Sobrecontratação	44.844	63.222
Outras CVA's	(25.947)	(33.823)
Itens Financeiros		
Energia Eletronuclear	(71)	(4.803)
Exposição Financeira	-	(21.739)
Reversão RTE 2015	8.131	-
Outros itens financeiros	(17.663)	(17.550)
Total	<u>(86.254)</u>	<u>(173.780)</u>

(e) Outras Receitas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	2.040	5.775
Arrendamentos e aluguéis	9.680	8.736
Serviço taxado	3.699	3.034
Valor justo ativo indenizável da concessão (*)	17.542	70.500
Comissão serviços de terceiros	4.961	-
Outras receitas	341	235
	<u>38.263</u>	<u>88.280</u>

(*) Conforme mencionado na nota 9, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(f) Deduções da Receita Bruta

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Impostos e contribuições		
ICMS	(477.134)	(483.612)
PIS	(38.289)	(44.512)
COFINS	(176.132)	(204.963)
ISS	(1.463)	(2.260)
Encargos Setoriais		
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*)	(146.078)	(146.880)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(7.298)	(6.797)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.076)	(2.704)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.538)	(1.352)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.919)	(2.704)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.800)	(3.494)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(14.164)	19.206
Total	<u>(871.891)</u>	<u>(880.072)</u>

(*) Vide nota 13 (a).

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

19. Custo e despesas operacionais do serviço

19.1 Custo de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida de leilão no ambiente regulado – ACR	(2.723.845)	(2.237.124)	(375.717)	(306.692)
Energia adquirida contrato bilateral	(936.477)	(1.046.083)	(211.613)	(202.539)
Contratos por cotas de garantia física	(1.549.720)	(1.909.734)	(103.190)	(105.873)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(161.464)	(163.257)	(35.710)	(32.986)
Energia curto prazo – PLD	-	(34.412)	(17.369)	29.541
PROINFA	(97.783)	(92.109)	(30.584)	(31.076)
Ressarcimento de energia	-	-	6.350	1.778
Créditos de PIS e COFINS	-	-	82.438	95.003
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	-	(13.120)
Custos Variáveis do MCP	-	-	(106.439)	(129.560)
	(5.469.289)	(5.482.719)	(791.834)	(695.524)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			(54.587)	(51.951)
Encargos de conexão			(7.442)	(6.191)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(1.024)	(74)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(12.642)	(64.456)
Créditos de PIS e COFINS			6.014	5.100
			(69.681)	(117.572)
			(861.515)	(813.096)

(*) Informações não auditadas.

19.2 Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	31/03/2017				31/03/2016
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total (Reclassificado)
Pessoal	(61.284)	(18.053)	(27.929)	(107.266)	(92.421)
Administradores	-	-	(2.746)	(2.746)	(2.563)
Benefício pós emprego	-	-	7.853	7.853	4.749
Material	(7.042)	(710)	(317)	(8.069)	(6.403)
Serviços de terceiros	(124.279)	(26.507)	(25.448)	(176.234)	(173.478)
Taxa de fiscalização-TFSEE	(2.229)	-	-	(2.229)	(2.035)
Indenizações	-	-	(23.469)	(23.469)	(7.970)
Amortização	(84.368)	-	(6.668)	(91.036)	(81.269)
Arrendamentos e aluguéis	(340)	(107)	(1.333)	(1.780)	(1.828)
Tributos	(42)	(24)	(4.231)	(4.297)	(4.254)
Provisões líquidas - PCLD	-	22.970	-	22.970	(15.192)
Perdas contas a receber	-	(45.683)	-	(45.683)	(9.856)
Provisões líquidas - contingências	-	-	4.931	4.931	1.994
Outros custos e despesas	(2.257)	(1.147)	(3.826)	(7.230)	(4.732)
Total custos / despesas	(281.841)	(69.261)	(83.183)	(434.285)	(395.258)

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

20. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2017	31/03/2016
<u>Receitas financeiras</u>		(Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	4.423	22.620
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	9.691	10.576
Variações monetárias e cambiais	197.639	501.509
Instrumentos financeiros derivativos	74.888	105.120
Atualização depósitos judiciais	4.858	5.734
Remuneração financeira setorial	376	6.647
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(1.539)	(2.472)
Outras receitas financeiras	8.565	3.707
	298.901	653.441
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívida	(55.586)	(53.563)
Variações monetárias e cambiais	(139.563)	(260.642)
Instrumentos financeiros derivativos	(189.988)	(400.228)
Benefícios Pós-Emprego	(16.381)	(11.313)
Atualização contingências	(6.360)	(11.384)
Outras despesas financeiras	224	(18.410)
	(407.654)	(755.540)
Resultado financeiro líquido	(108.753)	(102.099)

21. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Por empresa	Ref	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
CELPE	(b)	527	519	65	75	1.108	1.068
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1)/(g)	63	169	39.464	36.568	(96.989)	(102.926)
TERMOPERNAMBUCO S/A	(a.1)	-	-	13.502	18.317	(30.540)	(29.749)
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	-	-	517	559	(1.173)	(1.102)
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	-	-	-	344	-	(679)
RIO PCH I S.A.	(a.2)	-	-	-	188	-	(372)
BAHIA PCH I S.A.	(b)	-	73	-	-	-	193
SE NARANDIBA S.A.	(c)/(d)	-	-	1.235	1.037	(2.326)	(1.931)
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.1)/(b)/(e)	-	104	-	3.140	-	(7.715)
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c)/(d)/(g)	11	26	1.896	1.657	(3.666)	(2.894)
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	-	-	2.188	2.367	(4.967)	(4.668)
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	(754)
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES	(a.2)	-	-	8.647	7.871	(19.628)	(18.444)
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	38	35	(75)	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	119	119	(356)	(330)
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	101	101	(304)	(282)
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	119	119	(356)	(330)
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	110	110	(330)	(306)
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	117	117	(351)	(325)
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	80	80	(240)	(222)
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	107	107	(321)	(198)
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	98	98	(295)	(273)
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	99	99	(297)	(276)
NORTE ENERGIA S.A.	(a.2)	-	-	22.643	11.167	(48.282)	-
AMARA BRASIL	(f)	-	-	1.029	1.077	-	(1.250)
FAELBA	(h)	29.898	32.267	5.394	5.187	(4.362)	(5.965)
Controladores							
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	(n)	-	-	-	2.591	-	-
IBERDROLA ENERGIA S/A.	-	-	-	-	173	-	-
BANCO DO BRASIL	(i)/(j)/(k)/(l)/(m)	326.955	108.737	374.310	371.677	(12.005)	(2.588)
OUTROS MINORITÁRIOS	(m)	-	-	2.099	3.388	-	-
NEOENERGIA S.A.	(e)/(m)	-	-	117.057	130.044	(349)	(311)
Total		357.454	141.895	591.034	598.412	(226.104)	(182.629)
Circulante		312.508	95.998	225.318	220.079		
Não Circulante		44.946	45.897	365.717	378.333		

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2032 e 2040, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência entre 2020 e 2029, corrigidos anualmente: (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis, com vigência entre 2017 e 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil corrigidos mensalmente pelo IGPM pró-rata.

(f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2018.

(g) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Contribuições da Companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais, revertida as Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos ofícios PREVIC nº 540 de 21/11/2016, nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/2015.

(i) Contratos de empréstimo com vigência até 2018, corrigidos mensalmente com base no CDI.

(j) Contrato de arrecadação de tarifas assinados com o Banco do Brasil com vigência até 01/07/2017.

(k) Aplicações financeiras em Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado e Certificado de Depósito Bancário (CDB).

(l) Contrato de aplicação em Títulos e Valores Mobiliários – BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(m) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

21.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia. Em 31 de março de 2017, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresas do próprio Grupo.

21.2 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período de três meses findo em 31 de março de 2017, é de R\$ 2.746 (R\$ 2.563 em 31 de março de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Conforme mencionado na nota 24, observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 11 de abril de 2017, aprovou o montante de até R\$ 11.138 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Até março o montante pago foi de R\$ 2.746, dos quais R\$ 1.334 refere-se a indenizações por rescisões contratuais.

22. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Gestão de Risco Corporativo, na Política de Risco de Crédito e na Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão do capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de março de 2017, operações de hedge cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI, utiliza derivativos através de swaps de taxas de juros e índices de preços para CDI.

Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são concentradas em fundos restritos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março de 2017 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 295.182, sendo R\$ 292.354 em fundos restritos e R\$ 2.828 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	4.531.699	5.319.037	1.437.329	2.093.424	437.489	528.733	352.002	470.060
Debêntures	689.617	890.429	-	78.844	69.498	604.808	7.842	129.437
Fornecedores	781.408	781.408	739.408	-	-	-	-	42.000
Passivos financeiro								
Swap de taxa de juros	(459.129)	(516.122)	(150.017)	(343.731)	5.221	(8.373)	(19.222)	-

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua Política de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/03/2017	31/12/2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	323.164	268.057
Títulos e valores mobiliários	32.042	15.003
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.721.913	1.704.671
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	53.456	87.621
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	3.853	3.865
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	3.310.682	3.154.282

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de março de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge de valor justo, vigentes em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão apresentados a seguir:

	Valor de referência		Índice	Taxa Média	Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	31/03/2017	31/12/2016				31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017
Swap US\$ pós vs R\$ pós								
Coelba								
Ativo	US\$ 577.083	US\$ 576.505	Libor +	14,05% a.a.	2018 - 2029	(1.807.611)	(1.877.348)	69.737
Passivo	R\$ 1.412.076	R\$ 1.407.863	CDI			1.412.076	1.407.875	4.201
Risco de crédito						(1.612)	(1.405)	(207)
Líquido						(397.147)	(470.878)	73.731

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

	Valor de referência					Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Swap US\$ pré vs R\$ pós	31/03/2017	31/12/2016	Índice	Taxa Média	Vencimento (Ano)	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017
Coelba								
Ativo	US\$ 151.276	US\$ 138.468	Pré	16,14% a.a.	2017 - 2020	(474.200)	(455.939)	(18.261)
Passivo	R\$ 439.629	R\$ 397.591	CDI			439.629	397.591	42.038
Risco de crédito						129	305	(176)
Líquido						(34.442)	(58.043)	23.601

	Valor de referência					Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	31/03/2017	31/12/2016	Índice	Taxa Média	Vencimento (Ano)	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017
Coelba								
Ativo	75.268 €	75.649 €	Pré	14,47% a.a.	2018	(252.125)	(262.630)	10.505
Passivo	R\$ 232.258	R\$ 241.132	CDI			232.258	241.132	(8.874)
Risco de crédito						52	47	5
Líquido						(19.815)	(21.450)	1.635

	Valor de referência					Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Swap IPCA VS CDI</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Índice</u>	<u>Taxa Média</u>	<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>
Coelba								
Ativo	R\$ 102.442	R\$ 100.781	IPCA	15,11% a.a.	2021	(112.490)	(96.752)	(15.738)
Passivo	R\$ 104.773	R\$ 101.590	CDI			104.773	101.590	3.183
Risco de crédito						(8)	4	(12)
Líquido						(7.725)	4.843	(12.568)

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
 - Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
 - Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.
- Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio protegidos pelos mesmos e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar			3,1684	2.569.631	(61.137)	(76.421)	(91.705)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,1684	2.570.722	68.463	85.578	102.694
Exposição Líquida					7.326	9.157	10.989
Dívida em Euro			3,3873	254.821	(4.166)	(5.208)	(6.249)
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,3873	254.957	4.904	6.130	7.356
Exposição Líquida					738	922	1.107

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	12,13%	362.247	10.490	9.131	6.163
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,13%	960.266	32.629	40.303	47.804
Swap – ponta passiva	CDI	Alta do CDI	12,13%	2.454.633	58.997	72.954	86.625
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,00%	746.844	17.023	20.291	23.558
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	12,15%	218.631	7.972	9.491	10.980

h) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

	31/03/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.415.210	1.415.210	1.409.148	1.409.148
Contas a receber de clientes e outros	1.361.754	1.361.754	1.321.527	1.321.527
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	53.456	53.456	87.621	87.621
Mantidos até o vencimento	3.853	3.853	3.865	3.865
Títulos e valores mobiliários	3.853	3.853	3.865	3.865
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	860.370	860.370	879.398	879.398
Caixa e equivalentes de caixa	323.164	323.164	268.057	268.057
Títulos e valores mobiliários	32.042	32.042	15.003	15.003
Swap de taxa de juros	505.164	505.164	596.338	596.338
Disponível para venda	3.310.682	3.310.682	3.154.282	3.154.282
Concessão do Serviço Público - Indenização	3.310.682	3.310.682	3.154.282	3.154.282
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	3.090.025	3.090.025	3.162.308	3.162.308
Fornecedores	781.408	781.408	859.907	859.907
Empréstimos e financiamentos	1.733.032	1.733.032	1.746.425	1.746.425
Debêntures	577.328	577.328	555.976	555.976
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(1.743)	(1.743)	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	2.957.191	2.957.191	2.742.477	2.742.477
Empréstimos e financiamentos	2.798.667	2.798.667	2.594.913	2.594.913
Debêntures	112.489	112.489	96.752	96.752
Swap de taxa de juros	46.035	46.035	50.812	50.812

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados. A Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	3.310.682	3.310.682
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	27.982	295.182	-	323.164
Títulos e valores mobiliários	-	35.895	-	35.895
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Swap cambial e de taxa de juros	-	505.164	-	505.164
Passivos				
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	-	2.798.667	-	2.798.667
Debêntures	-	112.489	-	112.489
Outros passivos financeiros				
Swap de taxa de juros	-	46.035	-	46.035
	<u>27.982</u>	<u>3.793.432</u>	<u>3.310.682</u>	<u>7.132.096</u>

23. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No período findo em 31 de março de 2017, a Companhia efetuou contribuições a FAELBA no montante de R\$ 4.583 (R\$ 4.146 em 31 de março de 2016).

24. Eventos subsequentes

a) Reajuste Tarifário Anual – IRT 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.222 de 18 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, de 6,59%, dos quais 2,47% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,12% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 3,00%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2017 com vigência até 21 de abril de 2018.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

b) AGO de 11 de abril de 2017

Em 11 de abril de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: 1) ratificou o aumento do capital social no montante de R\$ 340.429, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2017, dentro do limite do capital social autorizado através da capitalização de saldo da reserva de incentivo fiscal constituída até 31 de dezembro de 2007, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades; 2) Aprovou a remuneração global anual aos administradores de até R\$ 11.138, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Salvador - BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 9 de maio de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA 022.650/O-0